

A contribuição do Estágio para a formação profissional

Relacionar teoria e prática é fundamental para que o futuro profissional de Serviço Social possa desenvolver suas atividades cotidianas com responsabilidade, ética e preocupação com a qualidade dos serviços prestados. Para isso, o estágio deve ser supervisionado por um assistente social, pois é uma atribuição privativa. Nas páginas centrais há uma reportagem especial sobre o tema. Há entrevistas, depoimentos e a resolução da Abepss sobre estágio curricular.



2 Fique legal!

Campanha visa a regularização dos débitos

2 agente fiscal

Diretoria apresenta os resultados do concurso público

6 inclusão digital

Tecnologia da informação a serviço do exercício profissional

8 cbas

Congresso mostra os novos desafios para o assistente social

7 Prática

Assessoria como campo de trabalho



O último Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (XI CBAS), realizado em outubro, em Fortaleza (CE), elaborou análises relevantes sobre a atual conjuntura. A avaliação foi de que o neoliberalismo continua implementando seus projetos de reforma e de ataque à esfera pública no Brasil. Faz parte desta estratégia a tentativa de cooptação dos mais diferentes sujeitos sociais às perspectivas do mercado, da competitividade, do lucro. Não é à toa que o Governo Lula, após a contra-reforma da Previdência, além de não ampliar os direitos à população brasileira, ainda passará a apreciar as propostas de contra-reforma da educação e trabalhista e também a Parceria Público-Privada. Todas elas no sentido de diminuir a presença do Estado na economia e em questões centrais como educação e saúde. O governo federal, ao dar seqüência e prioridade a esta agenda, frustra as perspectivas dos que o elegeram apostando na redução das desigualdades e da pobreza, e na universalização dos direitos fundamentais no Brasil. Esse cenário aponta, cada vez mais, dificuldades para as políticas públicas, para efetivas mudanças sociais e para a ampliação do acesso aos direitos. Por consequência torna mais desfavorável a implementação do projeto ético-político dos assistentes sociais.

Mas é preciso destacar que, apesar da difícil conjuntura, o CBAS também deu uma mostra da forte vitalidade da categoria. Foram mais de 1300 trabalhos apresentados; debates sobre os diversos temas e áreas de produção dos profissionais de Serviço Social; uma agenda política que demonstra a disposição da categoria de enfrentar as adversidades do momento e contribuir, na ação profissional cotidiana, para a construção de um modelo societário justo. A agenda política estará disponível, em breve, nas páginas eletrônicas do CFESS e do Cress-RJ (www.cfess.org.br, www.cressrj.org.br).

Esta vitalidade e disposição de luta coletiva terá que ser novamente demonstrada já no início de 2005. No primeiro semestre ocorrerão as eleições para o Conjunto CFESS/Cress. As direções do CFESS, dos CRESS de todo o Brasil e suas Delegacias Seccionais prometem mobilizar a categoria em torno do processo eleitoral de nossas entidades para fortalecer a profissão e enraizar ainda mais a ação de nossas entidades junto aos profissionais.

Queremos contar com você!

A Diretoria

Fique Legal!

O Conjunto CFESS/Cress lança a Campanha Nacional de Regularização de Débitos

- O Conjunto CFESS/Cress está promovendo uma Campanha Nacional de Regularização de Débitos: Fique Legal!
- A campanha, por tempo limitado (outubro a dezembro de 2004), visa facilitar a regularização de débitos, eliminando juros e multas referentes às anuidades em atraso. Além disso,
- o assistente social poderá efetuar o pagamento em até três parcelas por ano devido. Poderão participar dessa campanha os assistentes sociais que estiverem em débito entre os anos de 1999 e 2003.
- Aproveite os descontos no pagamento e fortaleça a atuação do conjunto. A proposta é atualizar o número de profissionais inscritos ativos, com dados mais precisos para o sistema de cadastro unificado, facilitar o planejamento do orçamento do conjunto CFESS/Cress a partir de dados atualizados,
- possibilitar a regularização de situações em que há dificuldade de negociação com os assistentes sociais e
- reaproximar os profissionais que se distanciaram das

atividades do conjunto.

Procure o setor de registro e regularize sua situação. Não esqueça que o pagamento da anuidade do assistente social é obrigatório para o exercício profissional.

O CFESS e os Cress são autarquias de direito público, responsáveis por disciplinar, orientar, defender e fiscalizar o exercício da profissão de Serviço Social no Brasil. É por meio desses órgãos que os assistentes sociais lutam pela visibilidade da profissão e atuam na defesa intransigente dos direitos humanos, da liberdade, da justiça social, da democracia e na luta dos trabalhadores em consonância com o projeto ético-político profissional.

Para facilitar a participação de toda a categoria na luta pelo fortalecimento da profissão, os delegados do 33º Encontro Nacional CFESS/Cress, realizado em Curitiba (PR), aprovaram os critérios para implantação da Campanha Nacional de Regularização de Débitos (2004).

informes

Cinema no Cress

O projeto Cinema no Cress apresentou o "Ciclo do Cinema Brasileiro" durante o ano de 2004. A programação mensal foi elaborada de forma a abordar temas relacionados ao Serviço Social. Por isso, após a projeção há um bate-papo com um assistente social que trabalha, estuda e/ou atua nas áreas ligadas aos temas tratados. A próxima convidada é Vanessa Bezerra de Souza. O filme escolhido para fechar o ciclo: "Eu tu eles" é baseado em história real sobre a vida de uma mulher nordestina que tem três maridos no sertão cearense. Será apresentado dia 2 de dezembro, às 18h, no auditório do Cress/RJ. Rua México 41, sala 1205. Pipoca e bebidas são vendidas durante a sessão, a preço de custo. Vale a pena destacar que o Conselho adquiriu um telão para oferecer mais qualidade a projeção. O equipamento pode ser usado em vários eventos da categoria.

Confraternização

No dia 10 de dezembro de 2004 será realizada a festa de confraternização dos funcionários e da diretoria do Cress/RJ. A entidade estará fechada. Não haverá expediente.

Assinaturas contra o Ato Médico

A reunião realizada em setembro de 2004, na sede do Conselho Federal de Psicologia, sobre o PLS 25/2002, que trata da regulamentação do Ato Médico decidiu que os Conselhos Federais reunirão 500 mil assinaturas rejeitando a PLS 25/2002, na forma de um abaixo-assinado, e entregarão aos presidentes do Senado e da Câmara no dia 15 de dezembro, quando haverá uma manifestação contra o Ato Médico. Os interessados em participar do abaixo-assinado devem entrar em contato com o Cress. É necessário lembrar que o site: www.nao

aoatomedico.com.br terá o abaixo-assinado disponível para impressão. Desta forma, qualquer pessoa que quiser coletar assinaturas poderá imprimir o documento e entregá-lo em qualquer ponto de coleta do país.

Essa ação política, certamente, manterá mobilizados todos os setores da área da saúde, a sociedade civil organizada e os usuários do SUS. Além disso, a estratégia de discutir, prioritariamente, com a sociedade as consequências nefastas desse Projeto, continuará sendo o eixo de orientação.

Sai resultado do concurso para agente fiscal

Através do Edital Nº 01/ 2004, do dia 5 de julho, o Conselho Regional de Serviço Social da 7ª Região (RJ) promoveu o concurso público para contratação de agente fiscal para compor o quadro de pessoal. Os candidatos se submeteram às várias etapas pré-definidas como: a inscrição, provas objetivas, dissertativa, de títulos e oral pública. O andamento do concurso pôde ser acompanhado pelos sites do Cress (www.cressrj.org.br) e da empresa contratada para encaminhar o processo (www.planore.com.br). O profissional iniciará suas atividades dia primeiro de dezembro de 2004. No dia 5 de novembro de 2004, o Cress/RJ comunicou a homologação do resultado final do Concurso Público promovido pela entidade para Agente Fiscal/2004, na seguinte ordem de classificação.

Classificação	Nome	Nota	Inscrição
1ª	Elias Azevedo da Silva	75,97	3750003
2ª	Adriano Henrique Ferreira Rodrigues	66,08	3750001
3ª	Carla Freire Raad	60,97	3750002
4ª	Sheila da Silva Pereira	59,85	3750012

Boletim eletrônico Via Cress já está disponível na página da internet toda quarta-feira.

Acesse o site do Cress - www.cressrj.org.br

Cartas

É com grande satisfação que parabeno pelo excelente site do Cress/RJ. Informações não só ao Assistente Social, mas a toda população são apresentadas em mais este meio de comunicação. Continuem no sucesso.

Tiago Martinelli.

Expediente

PRA^{IX}

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 7ª REGIÃO - NOV./DEZ. 2004

Presidente: Hilda Corrêa de Oliveira
Vice-Presidente: Mavi Pacheco Rodrigues
1ª Secretária: Rosely Reis Lorenzato
2ª Secretária: Marcio Eduardo Brotto
1ª Tesoureira: Marinete Cordeiro Moreira
2ª Tesoureira: Andreia Cristina Alves Pequeno,

Suplentes: Renato dos Santos Veloso, Rodrigo Silva Lima, Fátima Valéria Souza

Conselho Fiscal: Magali da Silva Almeida, Sandra Regina do Carmo e Tânia Maria Dahmer Pereira

Comissão de Comunicação: Marcio Brotto e Hilda Oliveira.

Norte e Nordeste Fluminense - Delegado: Leonardo Marques Pessanha; Tesoureira: Junia de Souza Elias; Secretário: Surana

Fonseca Monteiro. Suplentes: Maria Isabel dos Santos e Tânia Elizabete Gonçalves
Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170 Centro - Telefax: (22) 2723-9464

Sul Fluminense - Delegado: Ariane Rego de Paiva; Tesoureira: Angela Amélia Chaves de Sá; Secretário: Eliane Coimbra Farhat. Suplentes: Luciana Adrielle do Nascimento e Cristiane Valéria da Silva Barvelo
Rua 25-A, 23 s/802, Vila Sta. Cecília - CEP 27261-050 - Telefax: (24) 3342-6886

Jornalista Responsável: Cecília Contente (MTB/RJ 17.232) | Diagrama-ção: Virginia Aôr (MTB/RJ 18.588) | Ilustração: Carlos D | Impressão: Tipológica | Tiragem: 10.000 exemplares
Rua México, 41, grupos 1203-1205 Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144
Telefax: (21) 2240-1727 / 3627 / 0822
e-mail: comunicacao@cressrj.org.br
www.cressrj.org.br

Assembléia define valor da anuidade para 2005

No dia 28 de outubro foi realizada a assembléia dos assistentes sociais, convocada pelo Conselho Regional de Serviço Social/RJ, no auditório da sede do Conselho. O evento começou com os informes sobre o último Encontro Nacional do Conjunto CFESS/Cress (PR) feito pela presidente da entidade, Hilda Corrêa de Oliveira. Ela revelou que durante o evento, realizado em Curitiba, foi mostrado que das 147 universidades de Serviço Social espalhadas pelo país, apenas 90 es-

tão em acordo com as diretrizes traçadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepps). Hilda também comentou sobre as resoluções mais relevantes do Encontro.

A conselheira Marinete Cordeiro Moreira, 1ª tesoureira, mostrou para os assistentes sociais presentes a proposta atual orçamentária/2004 (Receita e Despesa) e a sua reformulação, com o demonstrativo da evolução da receita e da despesa do ano corrente. Depois apresentou a proposta de orçamento para o exercício de 2005 com a receita total de R\$ 1.040.000,00.

Valor Parcelado	
09/02/2005	R\$ 32,42
07/03/2005	R\$ 32,42
07/04/2005	R\$ 32,42
06/05/2005	R\$ 32,42
07/06/2005	R\$ 32,42
07/07/2005	R\$ 32,42

Hilda aproveitou para explicar que atualmente há 8.948 assistentes sociais ativos em todo o estado do Rio de Janeiro e que o Conselho Regional de Serviço Social é uma autarquia de caráter público e que a diretoria não tem o poder de anistiar qualquer dívida. Lembrou que a anuidade do profissional é uma contribuição tributária parafiscal, contemplada na Constituição Federal. O patamar máximo e mínimo do valor da anuidade é indicado no Encontro Nacional CFESS/Cress. Mas o valor legítimo é definido pela assembléia. O não pagamento caracteriza o exercício profissional

irregular e infração ética disciplinar, passível de penalidades, sujeitando o profissional à suspensão das atividades profissionais e a inscrição do débito na Dívida Ativa e posterior cobrança judicial. Hilda registrou ainda que o montante arrecadado pelo Cress é administrado de acordo com normas rígidas do CFESS e do Tribunal de Contas da União (TCU), ambos responsáveis pela fiscalização das contas do Conselho.

Os representantes da diretoria apresentaram a proposta de manter o mesmo valor da anuidade de 2004, apesar da inflação. Os assistentes sociais presentes aprovaram, por unanimidade, o valor de R\$ 194,55. É preciso destacar que esse é o valor da cota única, que pode ser paga em até seis parcelas (R\$ 32,42).

Cota Única até 06/05/2005 – R\$ 194,55

Descontos

Até 09/02/2005	R\$ 165,37	15%
Até 07/03/2005	R\$ 175,10	10%
Até 07/04/2005	R\$ 184,83	05%

Encontro Nacional CFESS/Cress

O 33º Encontro Nacional CFESS/Cress, fórum máximo regimental da categoria, foi realizado em Curitiba, em setembro de 2004. A presidente do Conselho Federal de Serviço Social, Léa Lúcia Cecílio Braga, abriu o evento, comparando o trabalho dos assistentes sociais ao de um pássaro que vive nas araucárias do Paraná chamado Gralha Azul, que costuma espalhar as sementes das árvores garantindo a perpetuação da flora e garantindo nas pinhas o alimento de muitos. Ela acredita que a categoria continua persistente e dedicada no exercício profissional e na militância e que a partir do trabalho de cada um haja a construção de um resultado coletivo em prol da sociedade brasileira.

Léa explicou que o Encontro Nacional é uma instância política que propõe avaliar as ações desencadeadas pelo Conjunto CFESS/Cress, deliberando por uma agenda do Serviço Social brasileiro. Por isso mesmo, é a ocasião para se elaborar novas propostas em defesa do exercício profissional, das Políticas Públicas, dos Direitos Sociais, da justiça, da liberdade e da democracia. Avaliou que o Encontro é a expressão do caráter democrático das entidades de Serviço Social, que procedem as suas deliberações e planejam suas ações de forma descentralizada, envolvendo todas as regiões brasileiras, consolidando-se e submetendo-se ao coletivo nacional.

A presidente do CFESS lembrou que o 33º Encontro Nacional era o último da gestão “Trabalho, Direitos e Democracia - A gente faz um país” e se constituía em um momento também de discutir a renovação das direções do Conjunto, em todo o território nacional, que pauta a luta em defesa da profissão, do projeto profissional, dos inte-

resses da sociedade e dos usuários dos serviços sociais no Brasil. Ressaltou a importância de consolidar o projeto profissional na América latina e no mundo, através da participação do CFESS como membro vogal no comitê executivo da Federação Internacional dos Trabalhadores Sociais.

Léa aproveitou para fazer um balanço das ações e compromissos assumidos pela gestão. Informou que os conselheiros avaliaram que foi encaminhado com a maior seriedade e disciplina o programa de campanha. Registrou que das 98 deliberações propostas no Encontro Nacional anterior (BA) foram concretizadas 12 e estão em realização 67 deliberações no âmbito do CFESS e 12 no âmbito dos Cress, denotando que este Conjunto está na luta e enfrenta as ambigüidades, contradições e ironias das Políticas Públicas e da vida moderna. Mas garantiu que o balanço positivo também é desafiador, pois requer dar continuidade a trajetória de luta, e de avaliação. Declarou ainda que é preciso seguir na defesa intransigente por uma justiça social. “O Serviço Social aposta no futuro, porque acredita que é possível desbravar saídas e caminhos por uma sociedade que lute por trabalho, terra, direitos sociais e uma Seguridade Social Pública e gratuita”.

Os participantes do Encontro Nacional fizeram discussões sobre o momento político atual e da avaliação da categoria em relação aos rumos do governo Lula. Também foi analisada a conjuntura política internacional. Ficou clara a preocupação da categoria em relação às políticas econômicas e sociais adotadas pelo governo federal. Mas ao mesmo tempo foi levantada a grande responsabilidade da categoria de fortalecer o contingente significativo que alimenta a luta por dentro do governo e, realizar a



Delegação do Rio de Janeiro

luta por fora, identificando na sociedade brasileira os companheiros de jornada, de ocupação do espaço público, de luta. Luta em defesa da seguridade social, das políticas sociais, luta em defesa de uma política econômica consequente para os trabalhadores.

A saída

Foram apontados como possíveis saídas diante da atual conjuntura, talvez a mais difícil da história, porque exige, além de resistir firmemente, propor uma agenda: não desanimar e acreditar na força coletiva e propositiva da categoria, nos princípios éticos e políticos independente do governo, defendendo a autonomia das entidades compreendendo que estas são instrumentos de luta; desencadear uma ação de massa, envolvendo os assistentes sociais, parceiros, aliados em projetos, princípios e propostas para dar visibilidade aos posicionamentos e propostas; indicar um mote para aglutinar esses parceiros e encaminhar uma ação organizada de ocupação das ruas. Foi sugerido o eixo Trabalho, Terra e Seguridade Social Pública e gratuita. Também foi proposto um dia nacional de mobilização para esse objetivo, ainda em 2004, com consequência nas comemorações do dia do assistente social.

Volta Redonda

Dando continuidade às visitas institucionais de fiscalização, os diretores da Delegacia de Volta Redonda fizeram uma visita ao Grupo de Apoio às Pessoas com Câncer (Ong) que se instalou no município. Visitaram o Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto de Volta Redonda, que promoveu um concurso público para assistente social.

A Delegacia participou do evento do Dia do Idoso, promovido pela prefeitura de Barra do Pirai, em setembro, com as palestrantes Luciana Adrielle e Helenice Pereira, que falaram sobre a política de atendimento aos idosos e a previdência social. Também realizou um debate sobre o Estatuto do Conjunto CFESS/Cress, com participação de profissionais da base, para levar as propostas de mudanças para um encontro nacional que acontecerá em Brasília.

No dia 09 de novembro, na Cruz Vermelha Brasileira, a Delegacia promoveu um seminário com o tema: “Projeto Ético Político do Serviço Social e Atuação dos Assistentes Sociais nos Conselhos de Políticas e de Direitos - Controle Social”, que faz parte de um projeto do Cress-RJ. Contou com a participação de Hilda Oliveira; Carmem de Paula; Eliane Namé e Francisco Mendes como palestrantes. À tarde foram organizados grupos de discussão.

Delegacias

Campos

A diretoria da Delegacia teve a iniciativa de estimular a realização do Seminário: “A crise do Sistema penitenciário e o papel da Sociedade Civil”, nos dias 10 e 11 de novembro tendo como organizadores o Cress, OAB, ACIC, Sepe, Centro de Defesa dos Direitos Humanos – Campos, UFF, Pastoral Carcerária, Igreja Metodista, Diretórios Acadêmicos da UFF e Faculdade de Direito de Campos, Associação do Magistrados do Estado do Rio de Janeiro e Rotary Club Campos. O evento teve a presença de cerca de 400 pessoas.

A proposta foi a reestruturação do Conselho de Comunidade, que atualmente está desativado. A diretoria acredita que é de suma importância que a sociedade civil participe e discuta o papel do Conselho de Comunidade e conheça o funcionamento do sistema penitenciário, reafirmando assim seu compromisso com a democratização da esfera pública no Estado. O objeto principal foi o de ampliar e socializar a discussão sobre o sistema penitenciário brasileiro e o papel da sociedade civil.

Resolução da ABEPSS

Nas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, aprovadas em 03/04/2001 e com homologação publicada no DOU de 9/7/2001, o Estágio Supervisionado é atividade curricular obrigatória.

Ele se define a partir de algumas considerações essenciais que o configuram como atividade pedagógica essencial na formação do assistente social:

- a inserção do aluno nos espaços sócio-institucionais da profissão, portanto supõe que o aluno esteja engajado em experiências profissionais em curso;

- a supervisão sistemática, portanto supõe a existência de assistente social devidamente qualificado em campo e docente nas unidades de ensino fazendo o acompanhamento dos alunos;

- que os alunos deverão ter suas atividades baseadas em um plano de estágio feito pela unidade de ensino e pela instituição que recebe o aluno, considerando as necessidades estabelecidas pela dinâmica da formação profissional.

Com base nessas considerações, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) recomenda que:

1 - O estágio supervisionado não se realize antes que o aluno tenha cursado as disciplinas iniciais do currículo que tratam os conteúdos referentes ao(s): conhecimento das manifestações concretas da questão social no Brasil e os conhecimentos iniciais dos mecanismos de Estado e da sociedade civil no seu enfrentamento; fundamentos do trabalho profissional que compreende o conhecimento da trajetória histórica da profissão, seus fundamentos teórico-metodológicos, componentes éticos e atualidade; conhecimento inicial e simultâneo das estratégias, procedimentos e arsenal técnico de trabalho profissional, bem como das pesquisas como uma dessas estratégias, conhecimento inicial e simultâneo da Ética Profissional, conhecimento do ser social a partir dos fundamentos teórico-metodológicos da vida social, expresso em conteúdos programáticos de disciplinas como Sociologia, Economia, Política, Teoria Política.

2- Seja mantida, para que possa ter efetividade em sua realização, a carga horária mínima de estágio em 405 horas.

3- Prevaleça no estágio o seu caráter de formação, para isso o aluno deverá ser acompanhado por assistente social devidamente inscrito no Conselho Regional de Serviço Social.

Frente a isso a Abepss rejeita, terminantemente, que o estágio se realize no primeiro ano ou semestre do curso de graduação, por entender que a inserção de aluno em instituições, no momento em que ele ainda não reúne condições mínimas necessárias para o exercício profissional, prejudica sua formação, o exercício profissional e ainda pode causar danos aos usuários dos serviços.

Prof. Dra. Maria Aparecida Tardin Cassab

LEI Nº 8.662/93

Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências

Art. 5º - Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

Art. 14º - Cabe às Unidades de Ensino credenciar e comunicar aos Conselhos Regionais de sua jurisdição os campos de estágio de seus alunos e designar os Assistentes Sociais responsáveis por sua supervisão.

Parágrafo único - Somente os estudantes de Serviço Social, sob supervisão direta de Assistente Social em pleno gozo de seus direitos profissionais, poderão realizar estágio de Serviço Social.

OBS: A Lei que rege a profissão foi Publicada no Diário Oficial da União de 08 de junho de 1993.

Estágio: a in na form

Para concluir sua formação profissional, o estudante de Serviço Social deve fazer o estágio curricular, com a carga horária definida. A formação teórica precisa ser complementada com a prática para que o assistente social possa ser considerado apto para exercer suas atividades profissionais com segurança, ética e responsabilidade.

De acordo com a agente fiscal do Cress/RJ, Nízia Maria Vieira dos Santos, a Lei 8.662/93 (veja box) determina que todo estágio curricular precisa ter um supervisor de campo, que deve ser um assistente social responsável pela área, já que a supervisão de estágio em Serviço Social é uma atribuição privativa. Ela explica que o estágio pode ser feito geralmente a partir do quinto período, dependendo do currículo de cada universidade. Mas é fundamental que o aluno já tenha noções básicas das condutas do assistente social e que já tenha cursado as cadeiras preliminares para se inserir no campo de estágio.

Nízia ressalta que todas as universidades deveriam comunicar aos Conselhos Regionais, a cada semestre, os campos de estágio. Isso garantiria um controle maior para a verificação de que a supervisão seja realmente feita por um profissional de Serviço Social. Mas, a agente fiscal declara que, infelizmente, não é isso que acontece. Normalmente o Cress precisa fazer a solicitação dessas listagens, que não são encaminhadas como deveriam ser.

Segundo a agente fiscal, os maiores problemas estão relacionados aos estágios extracurriculares, já que essa situação não exige que o aluno preste conta da atividade realizada à universidade ou a outra entidade de Serviço Social. Neste caso, o estudante dará satisfação apenas para o seu empregador. Com isso, afirma Nízia, é mais difícil fiscalizar as irregularidades, que acontecem principalmente em relação à carga horária e até mesmo como mão de obra barata substituindo o trabalho profissional. Ela relata que ainda há instituições que exploram o trabalho dos estudantes, com carga horária excessiva e permitindo que eles desenvolvam atividades sem estar habilitados para isso, pagando baixos salários. O mais grave, em sua opinião, é que isso, além de não contribuir para a formação do aluno, não garante um serviço prestado com qualidade ao usuário.

Os estágios extracurriculares não permitem que seja feito um controle em relação a proporção de profissionais e estudantes dentro da instituição, ressalta Nízia, que acrescenta que não há

uma definição estabelecida em relação a essa proporcionalidade, mas ela defende que haja um bom senso dos assistentes sociais responsáveis por essa supervisão. É preciso destacar que os estudantes não podem assinar documentos e precisam de constantes avaliações de suas atividades para se ter a certeza que estão conduzindo seus trabalhos coadunados com o projeto ético-político profissional da categoria.

De acordo com Nízia, uma das medidas que a Comissão de Orientação e Fiscalização do Cress/RJ (COFI) tomou para assegurar o cumprimento da Lei em relação ao estágio foi marcar reuniões com a Fundação Mudes e o CIEE para esclarecer que o estágio em Serviço Social só pode acontecer onde haja um profissional para dar a supervisão. Depois disso, as denúncias de irregularidades nesse sentido diminuíram muito.

Para fortalecer e avançar no projeto de supervisão dos campos de estágio, o Cress/RJ incentivou, há cerca de uns dez anos, a criação do Fórum de Supervisores (atualmente desativado) com supervisores e coordenadores de estágio, que tinha a discussão voltada para a qualidade da formação do aluno. Nízia lembra que havia uma luta dos supervisores pela gratificação. Ela revela que para muitos assistentes sociais essa atribuição privativa acaba sendo considerada como uma sobrecarga de trabalho.

A agente fiscal acredita que para que haja uma diminuição de denúncias sobre estágios irregulares, é necessário que as universidades criem fóruns de discussão com os alunos para esclarecer e orientar os estudantes que fiquem atentos em seus campos de estágio. Ela alerta, por exemplo, para instituições que contratam um número excessivo de estagiários, pois duvida que assim possa ser feito um trabalho de supervisão de qualidade. As universidades também devem verificar se há assistentes sociais e se o serviço prestado pela instituição escolhida para campo de estágio oferece qualidade nos serviços prestados. A agente fiscal considera esses critérios básicos para o fechamento de um contrato. Conta que está previsto um seminário entre as universidades públi-



Importância da prática na formação profissional

cas e o Cress em que será abordado esse tema junto aos supervisores de campo, coordenadores, professores e alunos que já estejam estagiando. Ela diz que nesse primeiro momento o encontro será apenas com as universidades públicas tendo em vista a luta que vem sendo feita pela categoria por um ensino público de qualidade no país. Mas ela acredita que a tendência é que essa discussão ganhe mais abrangência.

A assistente social Newvone Ferreira da Costa é chefe do Serviço Social da Penitenciária Lemos de

Brito, que certamente contribuirá com sua formação profissional. O estagiário terá oportunidade de trabalhar com vários temas como: criminalidade, família, infância e juventude. Vai conhecer o outro lado da sociedade e perceber que pode se despir de vários preconceitos. A assistente social garante que não há rotina de trabalho em uma penitenciária e isso faz com que o estudante trabalhe sua criatividade e perspicácia.

Atualmente há duas assistentes sociais e seis estagiárias, de diferentes universidades, na unidade prisional. Newvone explica que o estagiário tem acompanhamento enquanto faz o atendimento. Também são realizadas discussões com orientações e dinâmicas correlacionando teoria e prática, uma vez na semana. A chefe do Serviço Social acredita que o supervisor precisa ter uma relação de horizontalidade com seu estagiário. Isso significa, diz ela, trocar experiências e levar em conta indagações que levam a reflexões que possam melhorar a prestação de serviços oferecidos aos presos e seus familiares. É necessário dar aplicabilidade da teoria a uma prática sistematizada.

Newvone, que trabalha desde 1997 com supervisão de estágio, gosta de exercer essa atribuição. "Gosto de pegar o aluno, de 4º ou 5º período, que chega como uma pedra bruta e vou lapidando. Isso me gratifica. Adoro ser questionada, pois acredito que isso só ajuda a crescer profissionalmente", diz.

Na Lemos de Brito, informa a assistente social, há 70% do efetivo carcerário trabalhando. São realizadas muitas oficinas. Os estagiários têm contato direto com os presos e seus familiares. O contrato com o estagiário tem renovação automática e só termina com a formatura. A instituição oferece bolsa, que são distribuídas por todas as unidades do sistema penitenciário. Por isso, nem todos recebem. Mas Newvone garante que aqueles que recebem a bolsa são mais cobrados que os demais.

Nícia Fabiana Borges Fernandes foi uma das estagiárias da Newvone, na Lemos de Brito. Mas fazia ao mesmo tempo estágio no INSS, de Irajá. Ela diz que estagiar foi fundamental para sua formação profissional. Em sua opinião, a orientação dos supervisores contribui muito para o aprimoramento do exercício da profissão. Não tem vergonha de dizer que até hoje, já formada, ainda recorre à ajuda de Newvone quando tem dúvidas em suas tarefas cotidianas. Segundo Nícia, que atualmente trabalha na Ong Cáritas (uma instituição ligada à igreja católica que tem convênio com a ONU), o estágio realizado nas instituições públicas mostram a dimensão da realidade, pois durante o curso a impressão é que será possível encontrar uma infraestrutura melhor de trabalho.

Nícia também lembrou que entrou no curso de Serviço Social apenas pela relação candidato/vaga, que em 1999 era de dois para um na UFRJ. Disse que queria ser universitária e escolheu uma carreira sem muita concorrência. Só ao iniciar o estágio é que começou a gostar da profissão, que hoje, afirma, não trocaria por nenhuma outra.

Supervisão com compromisso

Entrevista com a assistente social Necilda de Moura Santana, membro da Abepss

Praxis - Você já participou do Fórum de Supervisores do Cress. Como foi essa experiência?

Necilda de Moura Santana - O Fórum de Supervisores teve início a partir de um encontro regional da ABEPSS-leste, com vários supervisores da região leste da entidade.

Iniciamos uma série de encontros e firmamos uma parceria com o Cress/RJ, que não só oferecia a estrutura física para os encontros, como participava ativamente das reuniões. O Fórum foi interessante, pois viabilizava um espaço de capacitação e articulação entre supervisores e unidades de ensino.

Praxis - Quais são os critérios usados para fechar um campo de estágio?

N. M. S. - O fechamento de um campo de estágio ocorre quando este não oferece as condições necessárias para o aprendizado do aluno estagiário: sejam elas a inexistência de projetos de atuação, a não disponibilidade do assistente social em acompanhar a supervisão ou a ausência de um profissional supervisor.

Praxis - Como o estágio pode contribuir para a formação profissional?

N. M. S. - O estágio proporciona o aprendizado do fazer profissional em todas as suas fases e dimensões (ética, política, pedagógica, técnica, política), desde a elaboração de um diagnóstico até a sistematização do trabalho profissional.

Praxis - Deve haver uma proporção entre profissionais e estudantes atuando no Serviço Social de uma instituição?

N. M. S. - A inclusão do aluno estagiário em um campo deve se dar pela motivação de contribuir para a formação profissional e não para adensar a equipe de trabalho ou substituir profissionais. Obedecendo esse critério, a equipe de Serviço Social deve receber um número de estagiários que possa, de modo comprometido e atencioso, contribuir para a formação profissional deste aluno.

Praxis - Determinada área, como a de assistência por exemplo, pode contribuir

mais que outras para a formação geral do estudante de Serviço Social?

N. M. S. - A apreensão do trabalho profissional se faz independente da área. Não creio que haja "área mais rica" que outra. Todos os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social oferecem excelentes possibilidades de aprendizagem e atuação, trazendo muitos desafios e possibilidades na luta para a ampliação e consolidação de direitos.

Praxis - É preciso ter identificação com a área de atuação?

N. M. S. - Não necessariamente. Óbvio que trabalhar ou estagiar numa área em que haja uma identificação é o que desejamos, mas nem sempre as possibilidades surgem desta maneira. É fundamental inverter essa lógica e pensar de que modo é possível colocar o saber profissional a serviço da população.

Praxis - O que você pensa sobre os estágios extra-curriculares?

N. M. S. - Essa é uma discussão bem polêmica, inclusive esse foi tema de um dos encontros de supervisores promovidos pelo Fórum de Supervisores e pelo Cress/RJ.

Os estágios extra-curriculares são demandas dos alunos que buscam outras experiências ou estágios remunerados. O problema é que esses estágios não contam com o acompanhamento das unidades de ensino e, portanto, estão mais suscetíveis a se afastarem dos objetivos do estágio voltado para a formação profissional.

O que em geral as unidades de ensino tem procurado é transformar o estágio extra-curricular em curricular, desde que ele se proponha a corresponder aos objetivos da formação profissional.

Praxis - É preciso haver mais aproximação entre a coordenação das universidades e os supervisores de campo?

N. M. S. - Certamente. Esta relação universidade/campo de estágio é de extrema importância, pois ambos participam de um mesmo processo de formação.



Brito e também supervisora de estágio. Em sua opinião, para fazer estágio em uma instituição como a Lemos de Brito, que é um presídio masculino de segurança máxima com capacidade para 600 homens com penas que variam de 8 a 1.100 anos, é preciso que o estudante goste dessa área. Ela revela que apesar do ambiente insalubre e das condições de trabalho, que não são consideradas as melhores, há uma riqueza muito grande de informações para o estudante de Serviço So-



Inclusão Digital

Qual a relação entre Serviço Social e tecnologia da informação? Essa tecnologia tem sido usada no dia a dia do trabalho do assistente social? É possível usar essa tecnologia como contribuição para fortalecer o projeto ético-político da categoria? Essas são apenas algumas questões do projeto de pesquisa: "Serviço Social e tecnologia da informação: uma articulação estratégica" (www2.uerj.br/~ssti), coordenada pelo diretor do Cress/RJ e professor da Uerj, Renato Veloso. Uma das propostas do projeto de pesquisa é desenvolver um sistema de informações do Serviço Social (SiSS) e aplicar, junto à categoria, um questionário eletrônico sobre o tema.

O diretor explica que o termo tecnologia da informação é utilizado para designar o conjunto de recursos informacionais constituído pelos computadores, programas de computadores, redes, multimídias e diversas novas tecnologias envolvidas no armazenamento e distribuição de informações no formato eletrônico. Por isso, ele defende que a tecnologia da informação, como um fator capaz de proporcionar os meios para se superar algumas das dificuldades presentes no trabalho do Serviço Social, pode alcançar um maior grau de eficácia nas ações realizadas. Segundo Renato, a tecnologia da informação pode ser colocada em sintonia com os interesses dos trabalhadores, e, em particular, da população usuária do Serviço Social para melhoria dos serviços a ela prestados.

Subsídios

O professor acredita que a informação tem grande importância no exercício profissional dos assistentes sociais por ser um elemento central para o exercício da cidadania, pois subsidia a tomada de decisões e os processos de gestão. A socialização das informações é uma atribuição do Serviço Social. Além disso, cada vez mais os profissionais de Serviço Social vêm se afirmando no campo da gestão das políti-

cas sociais, não apenas na esfera da execução, mas também nas dimensões de pesquisa, planejamento, elaboração e avaliação. Daí a importância de sistemas de registro de dados e geração de informações capazes de fornecer aos profissionais os subsídios e elementos necessários à condução de seu trabalho.

Registro

Renato considera que uma das principais potencialidades da tecnologia da informação para o Serviço Social está no registro e recuperação de dados referentes ao trabalho. Assim, uma aplicação possível dessa tecnologia para a profissão seria o cadastro dos usuários, dos recursos para encaminhamento, dos atendimentos, além da sua rápida recuperação, sob a forma de informações, sejam elas quantitativas ou qualitativas. Ele relata a experiência do Sistema de informações do Serviço Social, que pode ser baixado na página do projeto, implementado no plantão do Serviço Social do Hospital da Polícia Civil – José da Costa Moreira, onde atua como assistente social. O sistema funcionou como recurso para a dimensão de sistematização e organização do trabalho já desenvolvido. O assistente social avalia que o conhecimento e o domínio da tecnologia da informação condiciona, embora não determine, o exercício profissional competente, na medida em que permite, de modo rápido e ágil, lidar com uma grande quantidade de dados, que possibilitarão a avaliação do trabalho desenvolvido e a construção de novas propostas de intervenção.

O conselheiro ressalta que tecnologia da informação não resolverá todos os problemas existentes nas unidades de Serviço Social, pois trata-se apenas de mais um recurso a ser utilizado no trabalho, que já deve estar planejado e organizado, com o seu projeto delineado. As mudanças proporcionadas estão vinculadas à existência de um projeto de trabalho consistente, de uma equipe crítica e comprometida com os princípios

ético-políticos. Ele afirma que o recurso da tecnologia da informação, ao potencializar o exercício profissional nas suas dimensões de pesquisa, investigação, sistematização, planejamento, execução e avaliação, pode ser visto como de grande importância para o Serviço Social, podendo fortalecer o exercício profissional e o projeto ético-político da categoria. A informação é vital, no entanto, deve estar articulada à capacidade de agir, e ser utilizada para viabilizar ações e projetos que sejam de interesse da população usuária, ampliando a qualidade dos serviços prestados e contribuindo para garantir-lhes acesso a seus direitos.

Por isso, garante Renato, cabe perguntar como o Serviço Social vem se apropriando da tecnologia da informação. Para ajudar a responder questões como esta, ele solicita que os assistentes sociais preencham o questionário eletrônico presente na página do projeto: www2.uerj.br/~ssti. Caso não tenha condições de responder o questionário pela Internet, será enviada junto com a próxima edição do Práxis, que circulará no final de dezembro, uma cópia impressa do questionário, para ser devolvida ao Cress/RJ.

Alguns resultados

Os resultados preliminares do questionário eletrônico, com 221 participantes indicam que 22% não possuem computadores em seu local de trabalho e que a maioria das instituições (55%) disponibiliza apenas 1 ou 2 computadores para o Serviço Social. Cerca de 70% dos participantes consideram o computador um recurso importante, enquanto 40% acham que o computador é estratégico para o Serviço Social. A maioria dos assistentes sociais acessa a Internet de casa (82%). Os que não utilizam o computador no exercício profissional totalizam 10%. Quando perguntados se a utilização de computadores e da "tecnologia da informação" pode contribuir para o fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social, 97,3% dos participantes responderam que sim, demons-

trando que a categoria vem percebendo a importância deste recurso. Acesse a página e confira os resultados na íntegra.

Os avanços

Os Conselhos Regionais de Serviço Social de todo país tem se preocupado em lançar suas páginas na internet. Essa dinâmica se faz cada vez mais necessária tendo em vista a importância da informação em tempo real para a melhoria do trabalho profissional. O Cress/RJ não ficou de fora desse movimento e está com o site www.cressrj.org.br atualizado e em constante processo de aprimoramento, seguindo sugestões e opiniões sobre o seu funcionamento. O primeiro passo dado pela entidade na era virtual foi a construção de uma mala-direta com cerca de 3.500 endereços eletrônicos para o envio do boletim semanal Via Cress (que até o fechamento desta edição já estava no nº 154).

Outro site de interesse da categoria, www.assistentesocial.com.br, foi lançado em outubro de 2004 sob a coordenação das assistentes sociais: Larissa Dahmer Pereira, Sara Tavares Ferreira, Solange da Silva Moreira. A proposta é propiciar a formação de uma rede virtual de informações relativas ao âmbito do Serviço Social e áreas afins, cujo conteúdo contribua para o fortalecimento do projeto ético-político profissional e das políticas públicas.

Entre os seus principais objetivos específicos estão: apresentar o mercado de trabalho e as atribuições profissionais para o público em geral (principalmente estudantes-vestibulandos, usuários e empregadores potenciais), fortalecendo a imagem profissional na direção do projeto ético-político do Serviço Social; divulgar informações referentes a cada área de atuação profissional, com comunicados sobre simpósios, congressos, conferências, atuação dos conselhos profissionais e de direitos, e, também, sobre recursos institucionais utilizados no cotidiano de trabalho dos profissionais para a realização de encaminhamentos aos usuários; disponibilizar textos, leis e apostilas utilizados pelos profissionais e estudantes e também exigidos para a realização de concursos públicos; socializar a produção acadêmica e reflexões sobre a atuação dos assistentes sociais em diferentes áreas e temas concernentes às áreas afins e às questões societárias contemporâneas, através da revista eletrônica *Ágora* e informar sobre os núcleos e linhas de pesquisa na área do Serviço Social e áreas afins. O site também visa prestar informações relevantes relativas a empregos, concursos públicos e campos de estágio e indicar sites interessantes para pesquisas na área de Serviço Social.

As coordenadoras acreditam que uma das contribuições da internet é a difusão de informações em tempo real e a possibilidade de construção coletiva. Assim, uma página virtual sobre um projeto profissional só adquire o seu sentido se construída coletivamente. Diante disso, elas abrem a página à participação de estudantes, docentes, profissionais de campo, pesquisadores, usuários, e colaboradores de áreas afins no sentido de fortalecer o debate interdisciplinar e a direção do projeto ético-político profissional.

PUBLICAÇÕES à venda no CRESS

▶ Livro: **Adolescentes Trabalhadores de Sinal - I**
R\$ 18,00

▶ Livro: **O Serviço Social em Hospitais**
R\$ 3,00.



▶ Livro: **Superando Desafios**
R\$ 13,00.

▶ Livro: **Assistente Social - Ética e direitos, 4ª ed.**
R\$ 13,00



▶ Livro: **Em Foco: O Serviço Social e o Sistema Sociojurídico - R\$ 10,00.**
▶ Livro: **Serviço social clínico e o projeto ético-político do Serviço Social - R\$ 10,00.***
▶ Livro: **Atribuições privativas do assistente social e o "serviço social clínico" - R\$ 10,00.***

* Na compra das duas edições o valor é de R\$ 15,00



▶ Revista **Inscrita**
R\$ 10,00,
2 por
R\$ 15,00
e
3 por
R\$ 25,00

▶ **A Agenda 2005 estará disponível no Cress/RJ em dez.2004**



Assessoria

Campo de trabalho em Serviço Social

A palavra “assessoria”, de acordo com o dicionário de língua portuguesa, significa auxiliar com conhecimentos técnicos especializados. O professor Maurílio de Castro Matos, da Uerj, que atualmente é responsável pela disciplina “Processo de Trabalho em Serviço Social V”, cujo conteúdo se refere a assessoria e consultoria, vai além e afirma que o assessor pode apresentar proposições, apontar direcionamento de ações e estratégias de trabalho, embora sem intervir, já que não possui o poder decisório.

Maurílio, que coordena o estágio su-

pervisionado na área de Controle Social da Saúde, acompanhando os alunos que estão na assessoria aos Movimentos Sociais, explica que assessoria em Serviço Social é uma atribuição privativa quando a matéria é relacionada ao próprio Serviço Social. Mas é uma competência, já que o profissional tem a formação necessária e conhecimentos específicos para prestar assessoramento em qualquer área da esfera pública ou privada, que envolva políticas públicas.

Na opinião de Maurílio, que também é assistente social da Secretaria Municipal de Saúde de Duque de Caxias, a questão da assessoria é, ao mesmo tempo, uma demanda nova e antiga no mercado de trabalho profissional. Ele lembra que a primeira autora a abordar esse tema foi Balbina Ottoni Vieira, nos anos 70, mas apenas dentro do campo das atribuições privativas. Ana Vasconcelos também escreveu sobre essa matéria. Mas a produção ainda é muito pequena. Assessoria vista como competência, de acordo com o professor, ainda é um fato recente que sur-

Prática

ge a partir do projeto ético-político da categoria, que tem o reconhecimento profissional como consequência. Afirma que é nesse momento que o assistente social deixa de ser apenas o executor terminal de políticas sociais para também atuar na gestão e planejamento dessas políticas. Esse novo contorno profissional é o resultado do projeto de formação profissional. Com isso, o assistente social ganha novas áreas de atuação com possibilidades de executar outras ações, não apenas restritas ao campo da atribuição privativa. Segundo Maurílio, um novo campo de trabalho se abre e é nessa perspectiva que se inclui a assessoria.

Experiência

Maurílio cita como exemplo de assessoria prestada pelo assistente social, o trabalho realizado dentro dos Conselhos Tutelares. Ele atuou cinco anos nessa entidade, que é um órgão de defesa dos direitos da criança e do adolescente, de natureza política e não executiva, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Cada cidade precisa ter um Conselho Tutelar, no mínimo, que funciona com autonomia. Os conselheiros são eleitos pela sociedade e não precisam ser técnicos. Cabe ao Poder Executivo

municipal dar as condições de trabalho. Para compor a estrutura técnica pode haver profissionais como assistente social, psicólogos e advogados, cedidos pela prefeitura.

Dentro desses conselhos, garante Maurílio, o assistente social pode realizar atendimentos e visitas domiciliares, mas como estratégias para apontar sugestões de trabalho. “O saber técnico do profissional vai contribuir na instrumentalização da ação dos conselhos”. Ao prestar assessoria, o assistente social pode até mesmo alterar a correlação de forças nas instituições, pois está trabalhando com outros sujeitos sociais para o fortalecimento da perspectiva de democratização do Estado brasileiro. Ele avalia que o trabalho do assistente social deve ser prestado sempre em conformidade com o código de ética e, por isso mesmo, não deve ser restrito às demandas solicitadas pelos conselheiros. Sugere que o olhar do profissional seja atento para novas ações a serem desenvolvidas no sentido da garantia dos direitos. Segundo Maurílio, o assessor toma a realidade como objeto de reflexão e intervenção. Apesar de ter conhecimento de que só o saber técnico não vai garantir a implementação de políticas públicas, ele acredita que é possível otimizar o trabalho nessa direção.

I Encontro Nacional Sociojurídico

O Serviço Social e a garantia de direitos nos sistemas de justiça e penitenciário

Em 2003 o Cress/RJ ousou apresentar, no Encontro Descentralizado da Região Sudeste, a proposta de realização de um encontro nacional no campo sociojurídico. A sugestão foi bem recebida e encaminhada para o Encontro Nacional CFESS / Cress do mesmo ano. O evento foi aprovado pelo conjunto para ser realizado no ano seguinte, em Curitiba, acoplado ao Encontro Nacional CFESS/Cress de 2004.

A organização do evento ficou sob a responsabilidade do CFESS e do Cress/PR - 11ª Região e contou com a colaboração da Comissão Sociojurídica do Cress/ RJ, que contribuiu com a sugestão de temas e palestrantes. Vale a pena esclarecer que tradicionalmente a organização dos eventos fica apenas a cargo do CFESS e do Cress do Estado onde o encontro se realiza. Neste caso, a participação do Cress/ RJ decorreu do fato de ser o único Conselho no Brasil a ter instituído uma Comissão Sociojurídica e, portanto, vir acumulando discussão nesta área de intervenção profissional.

Com o intuito de mobilizar e aprofundar o debate, cinco Conselhos Regionais realizaram encontros estaduais, precedentes ao Encontro Nacional, dentre eles, o Rio de Janeiro. Também no Encontro Descentralizado dos Cress da Região Sudeste, ocorrido em Vitória (ES), em julho de 2004, a temática foi contemplada na Mesa “Serviço Social Sociojurídico – o

debate atual, agenda e encaminhamentos para o conjunto CFESS/Cress”, que teve como palestrantes as assistentes sociais Elisabete Borgianni (CFESS) e Andreia Pequeno (Cress/ RJ). Profissionais da área sociojurídica que atuam no Espírito Santo prestigiaram o debate, que também contou



com a participação da plenária.

Nos dias 2, 3 e 4 de setembro de 2004 foi realizado em Curitiba (PR), o I Encontro Nacional Sociojurídico, onde pela primeira vez profissionais da área tiveram a oportunidade de compartilhar três dias, se conhecendo e trocando experiências sobre o processo e condições de trabalho. Assistentes sociais do campo sociojurídico, que atuam nos Tribunais de Justiça, Ministério Público, Unidades de cumprimento de medidas socioeducativas, Unidades Penitenciárias, Defensoria Pública e Escritórios modelos das Faculdades, de vários Estados do Brasil, se encontraram para abordar questões que perpassam o exercício profissional nesta área. A dinâmica do

Encontro propiciou espaço para análise da conjuntura e também possibilitou retratar nacionalmente a situação da categoria.

A abertura foi feita pelo CFESS e Cress/PR, seguida da mesa: “Os desafios de garantir direitos no contexto neoliberal”. A palestrante Juíza Salette Maccaloz (RJ) abordou o tema “A importância do Judiciário na Sustentação do Estado Democrático de Direito”, e Elaine Behring (Uerj) abordou “O Estado e a Justiça Social no Contexto do Neoliberalismo”.

Ajuíza afirmou que o Judiciário é uma instituição antiga e que há 20 anos era algo distante, considerada espaço de advogados. “Hoje isto mudou e faz parte da vida das pessoas que o procuram para resolver diversos conflitos. No entanto, no contexto neoliberal o Judiciário não tem uma ação interativa com a sociedade”. Acrescentou que a cidadania está sendo desconstituída e que o Direito e a Justiça não interessam ao futuro do capitalismo assim como a educação, a saúde e a liberdade da população.

Elaine revelou que as desigualdades sociais se aprofundaram no contexto neoliberal, no qual há ausência da perspectiva universal. Neste contexto de contrarreforma, os direitos sociais e a justiça social no Brasil foram profundamente obsta-

culizados, contidos na suas potencialidades de reforma democrática. “Na Constituição Federal de 1988 há o conceito de Seguridade Social. Mas ao invés de se partir para a construção de um Estado democrático de direito, o que se vê é o genocídio de uma parcela da população brasileira e o aumento da criminalização da pobreza. Essa é a condição geral da justiça social no Brasil”. Avaliou que o Projeto ético-político do Serviço Social está profundamente atingido por este contexto e que é preciso redimensionar o projeto de trabalho dos assistentes sociais, transformando cada local de atuação em uma trincheira de luta em defesa da sociabilidade, dos direitos, da população brasileira.

No dia 3, aconteceu o debate “O que é o Campo Sociojurídico?”, com Tânia Dahmer, Beatriz Aginsky e Odária Battini. As assistentes sociais debateram sobre os elementos que constituem este campo de intervenção profissional, havendo divergências sobre a pertinência de consolidação deste campo como uma área de especialização do trabalho do assistente social. Foram realizadas oficinas que agruparam os profissionais por instituições de atuação para desenhar o perfil das condições de trabalho e ações desenvolvidas. Estas oficinas produziram, cada uma, consistente agenda política que foi apresentada e aprovada em plenária no dia seguinte.

Os profissionais do Rio de Janeiro estiveram presente no Encontro, alguns por iniciativa própria, outros patrocinados por suas instituições de trabalho e o Cress/RJ contribuiu com a presença de metade dos membros da Comissão Sociojurídica, de forma a garantir a colaboração do Estado no processo de discussão.

Congresso aponta caminhos para enfrentar conjuntura política

O XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e III Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade, realizado entre os dias 17 e 22 de outubro, em Fortaleza (CE), reuniu mais de três mil participantes de todos os estados brasileiros. O principal fórum da categoria teve como tema central “O Serviço Social e a esfera pública no Brasil: o desafio de construir, afirmar e consolidar direitos”. Dessa semana de intensas discussões, foi tirada a agenda política de compromissos desse congresso, que norteará a ação dos assistentes sociais pelos próximos três anos. Essa agenda já pode ser acessada no site www.cfess.org.br.

A presidente do Conselho Federal de Serviço Social, Léa Braga, abriu o evento saudando os assistentes sociais de cada canto do país. Um repentista prestou uma homenagem a cada estado do Brasil. O principal auditório estava lotado (havia transmissão simultânea para outros auditórios) e o clima era de entusiasmo com os trabalhos que se seguiriam. A mesa de abertura contou ainda com representantes das seguintes entidades: Cress/CE, Abepss e Enesso. Durante todo o evento foram realizadas programações culturais.

O conferencista Marco Aurélio Nogueira (Unesp) participou da mesa: “A esfera pública no Brasil: o desafio de construir, afirmar e consolidar direitos”, em que denunciou que os governantes não estão cumprindo a Constituição no campo dos direitos e que há uma defasagem em todas as áreas, mas na área social é maior. Destacou que a estratégia dos direitos sociais não pode funcionar isolada da política e não pode ser reduzida ao item financeiro. O senador Eduardo Suplicy compareceu a abertura do CBAS e falou da importância da renda para a cidadania. Outra presença foi a de Luziane Lins (então candidata do PT à prefeitura de Fortaleza).

Márcia Lopes (Secretaria Nacional de Assistência Social, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome), Ana Elizabete Mota (UFPE) e Elaine Rossetti Behring participaram da mesa: “Seguridade Social no Cenário Brasileiro”. Márcia apresentou resultados da ação do Governo Lula em relação aos problemas sociais. Destacou os avanços ao abordar a Política Nacional

de Assistência Social e a implementação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Ana Elizabete afirmou que há limites de direitos, no âmbito da Seguridade Social dentro da sociedade capitalista. Ressaltou que a negação da previdência significa a anulação da política de assistência. Ela avaliou que a Seguridade Social é um campo de disputas e de tensões políticas. Elaine fez um resgate histórico da Seguridade Social e afirmou que a categoria precisa pensar uma estratégia política para enfrentar os problemas sociais. Destacou que o atual governo federal rompeu um contrato com os trabalhadores, ao taxar os aposentados e propôs que a categoria elaborasse um documento em defesa da Seguridade Social Pública.

“A Construção e Consolidação dos Direitos no Brasil” foi o tema da mesa, de que fizeram parte os conferencistas Dalmo Dallari (PUC/SP) e José Paulo Neto (UFRJ). Dallari lembrou que os direitos que constam na Constituição de 1988 foram conquistados com muita luta dos trabalhadores. Fez uma abordagem ligando direitos à justiça. José Paulo mostrou que há uma distância enorme entre formular e garantir a implementação dos direitos. Lembrou que na Constituição está escrito que os direitos são iguais. Mas de acordo com o professor, direitos iguais para desiguais não são suficientes. Além disso, assegura que a Carta de 88 abre a era de direitos (com 40 anos de atraso) mas não abre os instrumentos para garantir esses direitos. José Paulo elabora um resgate histórico da democracia e aponta que a desconstrução dos direitos aconteceu a partir de 1992. Concluiu afirmando que “a luta por direitos é uma luta anticapitalista”.

Outra conferência que mereceu destaque foi “O Dilema da Globalização e os Desafios da Democracia”, com Osvaldo Coggiola (USP) e Carlos Nelson dos Reis (PUC/RS). O painel: “O trabalho do assistente social na concretização de direitos e na construção da esfera pública: experiências profissionais”, com a debatedora Carmelita Yazbek (PUC/SP) e várias profissionais que atuam em diversas esferas, teve grande participação da categoria. Outro painel que despertou o interesse dos profissionais presentes foi “Experiências democráticas na efetivação dos direitos”, com representantes de Movimentos Sociais Organizados.

Os 1.169 trabalhos dos assistentes sociais foram apresentados nas sessões temáticas e Espaço Pôster. Foi feita a apresentação da Pesquisa Nacional sobre o Perfil dos Assistentes Sociais (CFESS) e o lançamento do Curso de Especialização à Distância (CFESS/Abepss). Durante o XI CBAS também foi presta-



O evento reuniu cerca de 3 mil assistentes sociais de todo o país



da uma homenagem ao Editor Jose Xavier Cortez e vários livros foram lançados. Um dia inteiro foi reservado às Plenárias Simultâneas. Foram 15 plenárias que abordaram vários temas de interesse da categoria. Também foi realizado um Ato Público. No último dia foi feita uma atividade “Tribunal de Violação dos Direitos Humanos: racismo e discriminação racial no Brasil”. Foi aberta a sessão pôster.

Marilda Iamamoto (Uerj) e Ivonete Boschetti (UnB) fizeram a última conferência do CBAS “O Serviço Social e a concretização de direitos: reafirmando o projeto ético-político”. Marilda abriu sua palestra fazendo uma avaliação do Congresso e da importância do debate e o esforço de capacitação da categoria para lutar e garantir direitos sociais e de cidadania. Ressaltou a força de organização dos assistentes sociais e a sua disposição de interferir na esfera pública democrática. Citou a ruptura da universalização de direitos no contexto neoliberal e mostrou o cenário de uma conjuntura avessa aos direitos. Com isso, apontou os dilemas do Serviço Social e da exigência de uma nova forma de fazer política. A professora da Uerj fez ainda uma análise do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e do desastre social que provocou. Lembrou que a candidatura de Lula denunciava esse desmonte do Estado. Ela revelou que há um verdadeiro paradoxo no Governo Lula. Afirmou que há um núcleo “duro” que legitima a política de continuidade do governo FHC e reafirma que só pode haver uma gestão responsável através da política neoliberal. Por outro lado, Marilda também registrou que a luta social acontece dentro do aparelho de estado com pessoas que aceitaram o desafio de se articularem com os movimentos sociais. Disse que a luta pelos direitos não erradica a miséria. Mas garantiu que o principal desafio atual do Serviço Social é materializar o projeto ético-político no exercício profissional cotidiano. Para isso, aponta caminhos como os da qualificação

e articulação com a luta dos trabalhadores e com políticos na busca da garantia dos direitos.

Ivonete também destacou a importância da qualificação profissional para enfrentar a conjuntura adversa. Avaliou que o projeto ético-político não pode estar vinculado às propostas do governo democrático popular. Mas salientou que é preciso reconhecer o Estado como espaço contraditório e explorar essas contradições e disputar esses espaços. De acordo com a professora da UnB, uma das estratégias teórico-políticas para fortalecer o projeto ético-político e fortalecer as instituições democráticas e os movimentos sociais organizados e suas lutas, ocupando assentos. Mas para isso, é necessário fazer capacitação profissional para desenvolver a consciência crítica e elaborar e implementar diretrizes curriculares. Citou a importância do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, que será reiniciado em 2005.

Ao final do Congresso, foi feita uma prestação de contas para a categoria e o microfone foi aberto para que os profissionais fizessem um balanço do evento. Algumas questões foram levantadas sobre a organização do CBAS. Mas a avaliação geral foi de que o principal fórum da categoria foi um sucesso.

Infra-estrutura

22 Conferencistas
84 Pareceristas
50 Assessores Temáticos
20 Comissão organizadora

Pré-CBAS

O Cress/RJ promoveu, em agosto, um Encontro Estadual Preparatório ao CBAS. Foram apresentados cerca de 100 trabalhos distribuí-

dos pelas sessões temáticas. Com o objetivo de estimular a produção e a qualificação dos profissionais, os diretores do Cress sortearam passagens para o Congresso de Fortaleza. Os assistentes sociais contemplados foram: Melissa Yaakoub, Suenya da Cruz, Fabíola Soares, Cenira Braga, Rita de Cássia Freitas, Rodriane Souza, Rita de Cássia dos Santos, Conceição Cuba, Thais Tavares Bernardo, Ana Lúcia de Alcântara, Lúcia Maria de Barros Freire, Rosely Lorenzato e Maria de Fátima Valentim Pessanha.

Inscritos no XI CBAS

618 estudantes
128 pós-graduados
2.434 profissionais

